

Migrantes-nômades: chegar, partir ou ficar?*

Sirlândia Schappo
Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Este artigo analisa a insuficiência do termo “êxodo rural” para definir os deslocamentos populacionais que emergem, em especial os acontecidos nas últimas décadas. A utilização genérica do termo pode reduzir a compreensão de tais processos no atual contexto, o qual corresponde à redução das possibilidades de mobilidade social ascendente e à emergência de novos deslocamentos que relativizam os chamados pontos de “partida” e de “chegada”,

Abstract

This paper aims at arguing that the term “rural exodus” is not able to account for the displacements of populations that occurred in last decades. The generic use of that term prevents one from a suitable understanding of population displacements in the present social context. In such a context the possibility of ascending social mobility is reduced, as well as the occurrence of new displacements, in which the so-called points of “departure” and “arrival” are relative, in addition to the direc-

* Nomad migrants: arriving, leaving, or staying?

¹ Endereço para correspondências: Rua Senador Konder Reis, 07, Centro, Petrolândia, SC, CEP 88430-000 (sschappo@boi.com.br).

bem como o percurso rural-urbano de um processo migratório. A forma pela qual a migração tem se desenhado, em especial na Mesoregião Oeste de Santa Catarina, instiga um debate sobre os pressupostos que norteiam as discussões sobre o tema e o que viria a ser hoje o problema social e político da migração.

Palavras-chave: Migração; êxodo rural.

tion taken by the migratory process (from rural to urban areas). Especially in the Brazilian region called “Mesoregião Oeste de Santa Catarina” the way population migrations take place raises a question about the very presuppositions of the discussions dealing with this topic, and what the social, political problem of migration is like today.

Keywords: Migration; rural exodus.

Ao adentrar na análise das expressões do fenômeno migratório na atualidade, busca-se destacar questões pertinentes ao contexto sócio-econômico que incidem nas novas dimensões e recentes configurações dos deslocamentos populacionais. Pode-se aferir que as alternativas de reinclusão rápidas dos migrantes no mercado de trabalho são cada vez mais reduzidas, em comparação, por exemplo, com os “desenraizamentos” das populações rurais ocorridas na década de 1960 no Brasil.

Neste sentido, pretende-se refletir sobre a insuficiência da utilização genérica do termo *êxodo rural* para explicar os deslocamentos populacionais no atual contexto, em especial os de origem rural. Compreende-se que o termo refere-se à migração rural-urbana frente às perspectivas de “ascensão social” vislumbradas no local de destino por parte dos migrantes. Porém, ao se contextualizar tais deslocamentos em sua diversidade e heterogeneidade, pode-se observar que eles vêm adquirindo (já a partir dos anos 80 e principalmente na década de 1990) novos contornos marcados por direções acentuadamente “indefinidas”.

Por que *Migrantes-nômades*?

Primeiramente, busca-se esclarecer a opção pelo termo *migrantes-nômades* frente a uma gama de expressões utilizadas para denominar os deslocamentos populacionais, como abandono dos campos,

êxodo rural e evasão. Uma delas, utilizada com frequência, êxodo rural, pode limitar os movimentos demográficos à passagem de um meio tradicional para um meio técnico urbanizado.

Para Mendras (1978, p.166) êxodo rural restringe-se ao movimento de massa que conduz os camponeses às cidades industrializadas. Segundo o autor, “A transferência para a cidade de populações rurais em uma época de rápida industrialização é, ao mesmo tempo, a passagem de uma civilização camponesa tradicional a uma civilização industrial tecnicista e urbanizada”.

No entanto, a Mesorregião Oeste de Santa Catarina, além da migração rural-urbana, apresenta o que Mendras (p.166) denominou “migração de agricultores”, ou seja, o deslocamento de agricultores do seu local de origem para outras regiões, onde continuam a exercer seu ofício. Um exemplo disso é o grande número de ex-agricultores familiares assentados nos projetos de reforma agrária e envolvidos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no Oeste Catarinense.

O êxodo, para Mendras, seria o resultado de uma avaliação por parte de quem se põe em “movimento”, diante do que ele denominou perda de vitalidade da sociedade aldeã e a possibilidade de um ambiente acolhedor a sua espera:

Se a sociedade aldeã perde toda vitalidade e a aldeia abandonada não é mais que um teatro de sombras; se mais adiante um ambiente acolhedor o espera, onde encontre um ganha-pão suficientemente remunerador, se é possível refazer aí sua identidade social, recriar os laços, se ele pode, ao mudar de ofício, encontrar seu caminho na vida citadina ou estabelecer-se em uma terra no campo, então, o emigrante se instala, e o movimento do êxodo começa a funcionar (MENDRAS, 1978, p.172).

Entretanto, outro limite é a utilização do termo “êxodo rural” para os países do terceiro mundo, onde as cidades, apesar de receberem um fluxo considerável de população, não oferecem, na mesma proporção, empregos em um mundo industrial².

² O próprio Mendras (1978) reconhece que o que ocorre nos países do terceiro mundo não pode ser comparável ao contexto da Europa no século XIX.

Tais restrições à utilização genérica de “êxodo rural” ampliaram-se nas últimas décadas, diante do contexto de aumento do nível e desemprego e das dificuldades de mobilidade social nos centros urbanos, como aponta o estudo de Jannuzzi (2000) sobre os migrantes no mercado de trabalho paulista.

Nesse cenário, os locais de “origem” e de “destino” tornam-se relativos, no sentido de que o “destino” pode corresponder à chegada a um ambiente provisório que, em breve, pode tornar-se um local de “origem” de um novo deslocamento, por isso, opta-se aqui pelo termo *migrantes-nômades* para caracterizar tais migrantes no atual contexto.

O termo “migração”, no sentido genérico, é definido por Lee (1966, p.99), como “uma mudança permanente ou semipermanente de residência”. Porém, o autor, ao desmembrar tal conceito, aponta que todo ato migratório implica um lugar de origem, um lugar de destino e uma série de obstáculos intervenientes. No entanto, como mencionado, os pontos de “partida” e de “chegada” tornam-se relativos, no presente contexto.

Dessa forma, cabe um questionamento no sentido de primeiro se averiguar se o “lugar de destino” continuaria, nas últimas décadas, apresentando fatores de atração comparáveis àqueles dos anos de plena expansão, a partir da década de 1950, da industrialização no Brasil. Uma possível evidência da diminuição dos fatores de atração é a redução dos fluxos migratórios, principalmente, para as áreas mais urbanizadas, nas últimas décadas, a qual apontada por vários autores (JANNUZZI, 2000; MARTINE, 1994; CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Pode-se aferir que os estudos sobre migração congregam diferentes condicionantes dos deslocamentos populacionais, os quais são apresentados como sendo principalmente de ordem social, econômica ou política. Contudo, a ênfase no fator determinante principal é variável, conforme os diferentes períodos históricos.

A teoria clássica da migração, na qual se destacam autores como Ravestein (1885) e Lee (1966), busca ressaltar os condicionantes de atração e retração das áreas envolvidas em um deslocamento populacional. Esse deslocamento seria resultado de um cálculo racional dos indivíduos entre as perspectivas oferecidas na sociedade de destino e as condições prevaletentes na sociedade de origem. Nesse enfoque, a mudança é abordada como algo que representaria melhora nas condições de vida do migrante e destacam-se os pontos de partida e de chegada,

apontando-se o deslocamento como correspondendo a uma mobilidade social ascendente, assim, abandonar uma situação pior para alcançar uma mais positiva, em termos sociocupacionais.

Estudos mais recentes ressaltam a necessidade de incorporar em tais análises o caráter histórico e conjuntural das migrações, as quais acompanhariam a estrutura de produção do capitalismo. Nesse enfoque, Singer (1976) destaca, na conjuntura em questão, as migrações internas como expressão da industrialização, abordando o país todo e não apenas os espaços duais de atração e repulsão. A origem das migrações estaria nas disparidades e desigualdades sociais geradas pela industrialização nos moldes capitalistas.

Singer (1976, p. 224) aponta que os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança e os fatores de estagnação³. No entanto, o autor destaca que apesar dos fatores de expulsão definirem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e que entre estes fatores, o mais importante é a demanda por força de trabalho.

Nesse sentido, o próximo item aborda aspectos da atual conjuntura e da caracterização do fenômeno migratório, bem como alguns pontos relevantes, no que tange aos estudos referentes aos deslocamentos populacionais.

Problemas sociais e políticos da migração

Parte-se aqui do pressuposto de que a problemática social e política da migração não é inerente ao fenômeno em si. Migrar nem sempre representa uma mudança negativa nas condições de vida das pessoas, pois esse ato pode expressar uma alternativa melhor dentre as oportunidades de que o indivíduo dispõe.

³ “Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente” (Singer, 1976, p. 224).

O problema principal da migração encontra-se hoje na dificuldade de absorver essa população no mercado de trabalho, em uma conjuntura que se caracteriza pelo estreitamento das oportunidades de vida. Conforme diz Martins (1998, p.31):

Os problemas que aparecem não são relativos à migração de um lugar para outro, mas são relativos aos empecilhos à migração de uma posição social a outra, no interior da sociedade. É o estreitamento das possibilidades de ascensão social. (...) Talvez devamos entendê-las como deslocamentos sociais que se tornam problemáticos para o próprio ser humano, quando esses processos ocorrem em sociedades que estão passando por demorado período de estreitamento das oportunidades de vida, como a nossa.

A problemática estaria, segundo esse autor, na dificuldade de reinclusão. Nesse contexto, cria-se uma nova desigualdade, ou seja, a desigualdade entre os plenamente incluídos em relação àqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade.

Entre as décadas de 1930 e 70, as migrações internas no Brasil seguiram basicamente dois rumos: as fronteiras agrícolas e os centros urbano-industrializados, marcando um período de intenso deslocamento populacional rural-urbano, frente ao modelo de industrialização, via substituição de importações.

No entanto, nas últimas décadas, esse percurso tem indicado alguns limites: o esgotamento das fronteiras agrícolas, a diminuição das migrações rural-urbanas e um aumento populacional em cidades médias e pequenas. Tal perfil histórico dos deslocamentos populacionais é evidenciado por vários autores (SALES e BAENINGER, 2000; VAINER, 2000; MARTINE, 1994).

A década de 1980 já apresentava sinais de uma menor capacidade de absorção do mercado de trabalho, em comparação com a relação entre dinamismo, na criação de emprego, e a alta intensidade de migrantes das décadas anteriores.

Jannuzzi (2000) refere-se os anos 1990 como década “mais do que perdida”, em termos de mobilidade, no sentido de ascensão social.

A recessão ocorrida no início da década e seus efeitos sobre o nível de emprego, aliados àqueles decorrentes da abertura comercial, ausência de uma política industrial, desregulamentação dos mercados e concorrência, dentre outros fatores, contribuíram para que as taxas de expansão das ocupações nos anos 90 se mantivessem mais baixas do que na década anterior e para que o desemprego se tornasse um grave problema estrutural.

Esse autor, ao analisar as possibilidades de ascensão social nos anos 80 e início dos anos 90, aponta para dificuldades crescentes nesse sentido. A sociedade brasileira estaria presenciando a transição de um regime de mobilidade social ditada menos pela mobilidade estrutural e cada vez mais pela mobilidade circular⁴, ou seja, as possibilidades de movimentos, ao longo da escala sociocupacional, têm-se dado no sentido de troca de posições entre ocupados, em que a subida de um decorreria da descida de outro.

Nesse contexto, as alternativas de reinclusão rápidas, frente ao desenraizamento das populações rurais observadas nos anos 1960 no Brasil, são cada vez mais reduzidas. Enquanto, na década de 80, o nível de desocupados no Estado de São Paulo era inferior a 1%, em 1993, esse nível já atingia 6% do conjunto dos migrantes (JANNUZZI, 2000, p.99).

Nota-se que os dados anteriores expressam uma conjuntura mais instável e desfavorável do mercado de trabalho nas últimas décadas. O cenário aponta para a acentuação da mobilidade dos migrantes já descrita por Martine em 1980: de um lado, absorção dos mais aptos a competir no mercado de trabalho e, de outro, reemigração daqueles menos capacitados, em direção a outras regiões:

[...] A hipótese de retenção seletiva dos elementos mais capacitados (ou da migração repetida nos segmentos populacionais mais marginalizados, parece mais aceitável. Com base nestas informações, poder-se-ia postular, inclusive, a existência de um substrato de verdadeiros nômades na população brasileira, substrato este que incluiria não somente os trabalhadores volantes e bóias-frias, mas também outros itinerantes em busca de uma difícil subsistência (MARTINE, 1980, p.971).

⁴ Segundo Jannuzzi (2000, p.18), “A mobilidade estrutural refletiria os efeitos da mudança da estrutura composicional da mão-de-obra e a mobilidade circular, os efeitos da competição individual no mercado de trabalho”.

Pode-se aferir que a hipótese do autor tende a se confirmar, tendo em vista o que se constata nas últimas décadas. Observa-se que grande parte dos migrantes, antes tidos como fundamentais para a acumulação do capital, na formação da sociedade urbano-industrial, vê-se transformada naquilo que Benetti e Vainer (1998) denominaram de “estorvo”, ou seja, em vez de recurso econômico, é considerada “problema social”⁵.

No âmbito das políticas estatais na atualidade, mais especificamente da política migratória⁶, as intervenções voltadas para contenção, geração, estímulo, direcionamento e deslocamento espacial da população têm configurado, segundo Vainer (2000, p.29) duas características que marcam essa nova etapa:

- a) A fragmentação das ações – Renúncia do Estado Central ao estabelecimento de estratégias e políticas territoriais em escala nacional, inclusive industriais, de emprego etc.;
- b) A violência como mecanismo de mobilização ou imobilização das populações – Vários municípios têm aplicado políticas ativas de segregação e fechamento do território a migrantes em busca de emprego, moradia etc. Percebem-se, assim, controles cada vez mais estritos à livre circulação dos indivíduos e ao uso da violência física ou simbólica, para fechar espaços.

Na agenda das políticas públicas, destacam-se políticas sociais, com o objetivo de gerenciar os excedentes populacionais no âmbito local e de forma dispersa. Nesse contexto, políticas territoriais que levem em conta questões mais amplas, como a distribuição de renda, reforma agrária, o desenvolvimento da indústria nacional e outras, são deslocadas para um segundo ou terceiro plano.

O contexto é marcado ainda pela histórica perseverança das deficiências da estrutura e da questão agrária no Brasil, em relação à posse da terra, ao grau de concentração, a baixos investimentos na agricultura, à existência da fome, concentração na comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, dentre outros fatores.

⁵ Vainer (2000) também aponta que o conceito de população como recurso cede progressivamente o lugar ao conceito de população como ônus – ou custo.

⁶ Segundo Vainer (2000, p.30), “Constitui política migratória toda política que, de forma explícita e direta, gera avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de população”.

A falta de políticas estruturais e territoriais mais amplas agrava os problemas ligados aos deslocamentos populacionais, limitando as possibilidades de escolha dos migrantes de permanecer em determinados espaços. Nesse sentido, o problema da migração, mais do que social, caracteriza-se como um problema político.

Assim, pode-se constatar que o percurso daqueles que se põem em movimento é freqüentemente marcado pela incerteza e insegurança em torno das possibilidades de ascensão social e também constituído por uma vivência marcada por constrangimentos à liberdade de escolha, no tocante às ações e opções que norteiam projetos e ideais de vida.

Expressa-se o cenário de uma gama variada de fluxos migratórios: movimentos de curta distância, movimentos de retorno (por exemplo: de São Paulo para o Nordeste), dos espaços rurais para urbanos, de municípios urbanos para rurais e outros. O nomadismo⁷ revigora-se, não mais tão caracterizado pelo caboclo que produzia o que consumia e consumia o que produzia ou pelas populações indígenas, mas “aparece cada vez mais como prática de uma população com conteúdos de vivência territorial das mais variadas, constituindo-se numa prática migratória inerente ao modelo de desenvolvimento da era atual” (MENEZES, 2000, p.8).

Segundo Benetti e Vainer (1988, p.8):

O nômade de antigamente foi capturado, mobilizado, levado para as fazendas, para as indústrias, para construir a riqueza da nação, forçado a integrar-se ao mercado. O paradoxo consiste justamente em que este nômade contemporâneo não pode mais viver fora do mercado, e não consegue viver no e do mercado.

Observam-se, assim, deslocamentos de populações com história de vida demarcada por uma territorialidade, mas que passam a se caracterizar como *migrantes-nômade*s, pois um ponto de chegada pode tornar-se, em breve, um novo ponto de partida.

Nesse sentido, diante das novas dimensões da migração, o fenômeno adquire características particulares, dependendo dos espaços onde se processa.

⁷ Segundo Villela (1997, p.27): “O nômade não se desloca desde um ponto de partida até um ponto de chegada. Não efetua uma viagem de ida e de volta, ele está em movimento absoluto, o que também quer dizer imobilidade, pois desde a sua perspectiva não há referencial fixo com relação ao qual se possa definir um movimento de afastamento ou aproximação”.

Segundo Sales e Baeninger (2000, p.39),

As alterações nas diferentes intensidades e espacialidades que envolvem os movimentos migratórios marcam as características recentes do processo de distribuição espacial da população no país. Essas transformações, no entanto, nem sempre são apreendidas no âmbito das tendências gerais, necessitando de estudos que aprofundem situações específicas.

Observando-se a importância de tal proposição, parte-se para a análise do fenômeno migratório em uma região específica e que se caracteriza como um espaço rural. A dinâmica populacional é observada em sua forma heterogênea. Desprezam-se expressões frequentemente utilizadas, como “esvaziamento dos campos” e outras do gênero, no entanto, valorizam-se aspectos ligados à diversidade apresentada no interior da mesorregião analisada.

Migrantes nômades no Oeste de Santa Catarina

Neste item, parte-se para alguns apontamentos sobre a dinâmica populacional de um espaço específico – a Mesorregião Oeste de Santa Catarina. Em especial, busca-se observar o movimento populacional interno, principalmente de agricultores da própria mesorregião, que se deslocam para acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Tal fenômeno expressa, por um lado, o deslocamento de *migrantes-nômades* que convivem num cotidiano de incertezas e por outro, a manifestação do desassossego, diante de escassas expectativas de melhoria nas condições de vida, da luta pelo “direito a ter direito”, direito à política agrária, de crédito, de educação, e da própria resistência pela opção de permanecer no meio rural.

O Oeste de Santa Catarina constitui-se, em sua grande maioria, por estabelecimentos agrícolas de trabalho familiar. A mesorregião representa mais de 50% da produção agrícola do estado e caracteriza-se por sua evolução ser muito inferior à da população rural, em relação ao estado e ao Brasil.

Observa-se, com base em dados dos censos demográficos do IBGE, que, enquanto a taxa de crescimento da população entre 1980-1991, em Santa Catarina, era de 2,29 a.a. e, no Brasil, de 1,93 a.a., a mesorregião Oeste apontava crescimento de 1,17 a.a. Essa taxa inferior, em relação ao estado, ocorre mesmo com taxa média anual de natalidade maior no Oeste (2,36%) do que a estadual (2,23%). Entre 1991 e 2000, apesar de a taxa de crescimento em Santa Catarina ter reduzido, passando para 1,94 a.a., assim como no Brasil, que passou para 1,73 a.a., a mesorregião Oeste teve redução bem mais acentuada, com taxa de 0,12 a.a., chegando a apresentar, entre 1996 e 2000, taxa de crescimento negativa, -0,35 a.a., o que expressa acentuado e progressivo movimento de esvaziamento demográfico.

Na década de 1990, o fenômeno migratório agravou-se, dada a crise nacional que afetou a economia da Mesorregião Oeste, pela redução da demanda por produtos agrícolas e pela diminuição do crédito para custeio e investimento agrícolas e agroindustriais. Decresceu o consumo *per capita* do principal componente da agroindustrialização, ou seja, a atividade suinícola. O resultado disso foi um intenso processo de exclusão de suinocultores da atividade. Outros fatores no campo econômico contribuíram para a crise, como a diminuição do volume de crédito agrícola, o esgotamento dos recursos naturais e a redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, como milho, suínos e feijão (TESTA *et al.*, 1996).

Agregando-se aos fatores conjunturais, os fatores estruturais também agravaram a crise, tendo em vista a grande distância dos principais mercados consumidores, a escassez de terras aptas para culturas anuais, o esgotamento da fronteira agrícola e a estrutura fundiária excessivamente subdividida, na qual os menores estabelecimentos concentram os solos mais declivosos e pedregosos.

Todavia, mesmo diante de tal problemática, o perfil de distribuição da população estudada revela, ainda, que, apesar do “esvaziamento populacional” que tem caracterizado a mesorregião, mais especificamente e de forma mais intensa a partir de meados da década de 1990, muitos municípios apresentaram crescimento da população rural superior ao do estado e, até mesmo, ao do Brasil, atraindo pessoas de outros municípios e outras regiões.

Um dos fatores que têm contribuído para a diversidade na dinâmica populacional que caracteriza os municípios do Oeste de Santa Catarina é o deslocamento de agricultores para acampamentos do MST, situados no interior da própria mesorregião. Esses espaços congregam o conjunto de municípios considerados atraentes, ou seja, que atraíram um grande número de pessoas na última década. Um estudo mais detalhado sobre a dinâmica populacional da mesorregião foi feito por Schappo (2003).

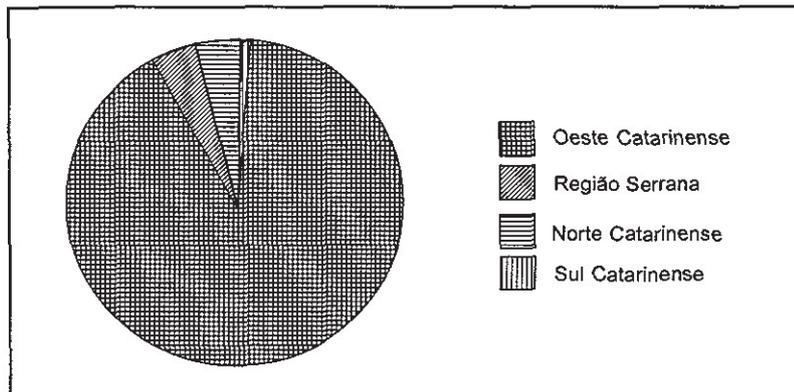
Constata-se que duas microrregiões do Oeste Catarinense, Joaçaba e Xanxerê, destacam-se por apresentarem-se atraentes. Tal fato pode ser, em parte, reflexo do grande número de projetos de assentamento e de acampamentos do MST lá existentes. Tais projetos têm representado, por parte dos agricultores familiares, resistência frente ao abandono acentuado dos espaços rurais. O anseio dos agricultores por permanecer no meio rural é expresso pelo fato de a grande maioria das pessoas acampadas e assentadas nessas microrregiões serem da própria mesorregião, ou seja, de origem oestina, além de terem sido agricultores familiares antes de assentados⁸.

Assim, configura-se uma migração rural-rural, no interior da própria mesorregião, com destino a determinados municípios, onde tais *migrantes-nômades* descobrem, via expressão dos movimentos sociais, a possibilidade de explicitar suas reivindicações pela ampliação das políticas públicas. No local de “chegada”, encontram algumas conquistas, obtidas por parte dos agricultores já assentados, em termos de acesso à terra e infra-estrutura, habitação, escola etc., as quais apontam para uma ampliação das políticas. Esse cenário incentiva aqueles que para lá se dirigem a acreditar na melhoria das condições de vida, mesmo que não sejam imediatas.

Segundo ICEPA (1998), a partir de dados do INCRA (1997), 69,6% dos acampamentos de Sem-Terra do Estado estão localizados no Oeste de Santa Catarina, totalizando 2.413 famílias acampadas, o que corresponde a 75,2% do total de famílias acampadas no estado. Destaca-se que, desse total, 73,2% são oriundas de Santa Catarina, sendo que, dessas famílias catarinenses, cerca de 92% são da própria Mesorregião Oeste Catarinense, o que pode ser observado na figura seguinte:

⁸ Percebe-se também que o meio urbano não condiz com o ideário futuro de grande parte dos jovens do Oeste Catarinense. Segundo Abramovay (2000), 69% dos rapazes desejam permanecer na agricultura como proprietários e apenas 20% anseiam trabalhar e morar na cidade. Quanto às moças, há desejo maior de trabalhar e morar na cidade (43%), no entanto, 32% delas gostariam de permanecer na agricultura, como proprietárias.

Figura 1
Origem das famílias acampadas na Mesorregião Oeste de Santa Catarina



Fonte: INCRA, 1997.

Os dados apontam ainda os beneficiários envolvidos em projetos de assentamento em Santa Catarina, destacando que 82,67% deles eram agricultores ou camponeses, antes de serem assentados, sendo que, até março de 1998, havia, no Estado, 95 assentamentos, com 4.120 famílias, deles, 68 localizavam-se no Oeste Catarinense, com 3.302 famílias. Dados mais recentes mostram que, em março de 2002, conforme o INCRA e a Superintendência Regional de Santa Catarina, a Mesorregião Oeste Catarinense abrigava 78,61% das famílias assentadas em Santa Catarina e 68,33% dos projetos de assentamento.

Apesar de ter havido alguns avanços em termos de desconcentração da terra em Santa Catarina, entre 1985 e 1995, segundo o Índice de Gini (o qual passou, conforme dados dos censos agropecuários, de 0,682 para 0,671), a demanda por terra no Oeste Catarinense ainda é grande. Segundo ICEPA (1998), 29% das famílias de agricultores do Oeste podem ser consideradas “carentes de terra”.

Assim, o cenário analisado expressa inter-relação dos processos migratórios e ampliação dos conflitos de terra, da luta pelo “direito a ter direito”, em especial, à política agrária e à política de crédito rural, por parte dos agricultores familiares, migrantes-nômades – a maioria deles da própria mesorregião. Nela, expressivos deslocamentos caracterizam-se,

rumo aos acampamentos e assentamentos, locais que representam uma possibilidade, mesmo limitada ou incerta, de acesso à política agrária e à política agrícola. O local de “chegada” pode significar, para aqueles migrantes, ampliação (ou possibilidade de ampliação) das oportunidades de melhores condições de vida. No entanto, o ponto de “chegada” pode se tornar em breve um local de “origem” de um novo deslocamento, sendo que a condição de migrantes-nômades permanece, tendo em vista a morosidade nos processos de formulação e implementação de políticas públicas destinadas ao meio rural, em especial, à política agrária.

Pontuou-se, assim, um caso específico de deslocamento populacional, mas que revela o quanto a utilização genérica do termo êxodo rural – entendido como um deslocamento de uma sociedade rural para uma sociedade urbana industrial, como resultado de uma avaliação, por parte daqueles que migram, de possibilidades de melhoria em termos de “ascensão social” – torna-se hoje insuficiente para dar conta da ampla variedade dos deslocamentos populacionais existente. *Chegar, partir ou ficar?* – essas expressões revelam alargamento da indefinição do percurso de uma migração, num contexto de estreitamento das possibilidades de ascensão social, em que um ponto de “chegada” pode tornar-se em breve um ponto de “partida” de um novo deslocamento.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios*. 2000. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/projetos/rurbanos>. Acesso em: 02 nov. 2002.

BENETTI, Pablo; VAINER, Carlos B. Migrações e metrópoles. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n.2, set./dez. 1988.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. IPEA, Texto para discussão n. 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século*. IPEA, Texto para discussão n.766. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA, 1997 e 2002.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Migração rural e estrutura agrária no Oeste Catarinense: Aspectos recentes. Florianópolis, 1998.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: *Migrações internas no Brasil*. Fortaleza, BNB/UFC, 1966-1980. Trad. Hélio A. de Moura.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Trad. Maria José da Silveira Lindoso.

MARTINE, George. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. IPEA, Texto para discussão n.329. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes?. In: *Migrações internas no Brasil*. Fortaleza: BNB/UFC, 1980.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do Terceiro Milênio. In: *O fenômeno migratório no limiar do Terceiro Milênio*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. *Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*, Universidade de Barcelona, n.69, 01 de agosto, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-45.htm>>. Acesso em: nov. 2003.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: *Migrações internas no Brasil*. Fortaleza, BNB/UFC, 1885-1980. Trad. Hélio A. de Moura.

SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n.36, janeiro-abril, 2000.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: *Migrações internas no Brasil*. Fortaleza, BNB/UFC, 1976-1980.

SCHAPPO, Sirlândia. *Políticas públicas no meio rural: o PRONAF e suas inter-relações com o fenômeno da migração na Mesorregião Oeste de Santa Catarina*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; *et al.* *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VAINER, Carlos B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n.36, janeiro-abril, 2000.

VILLELA, Jorge. O que distingue o nomadismo da migração? *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n.27, janeiro-abril, 1997.

*(Recebido em setembro de 2003 e aceito para
publicação em outubro de 2004)*